



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES

Maria Milene Mendes de Oliveira

**AS MANIFESTAÇÕES DO RACISMO NAS RELAÇÕES ENTRE
ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA
PÚBLICA MUNICIPAL DE GUAÍÚBA - CE**

Redenção, CE

Março de 2019

Maria Milene Mendes de Oliveira

AS MANIFESTAÇÕES DO RACISMO NAS RELAÇÕES ENTRE ESTUDANTES
DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE
GUAÍÚBA - CE.

Trabalho Apresentado Para Obtenção de
Título Bacharel em Humanidades.
Celebrado na Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.
Orientador: Professor Dr. Ivan Costa Lima

Redenção, CE

Março de 2019

Nome: Maria Milene Mendes de Oliveira

Título: As Manifestações do Racismo nas Relações Entre Estudantes do Ensino Fundamental I em uma Escola Pública Municipal de Guaiúba- CE.

Trabalho Apresentado Para Obtenção de Título Bacharel em Humanidades. Celebrado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ivan Costa Lima (Orientador)

Prof.a Dr.a. Geranilde Costa e Silva

Prof. Dr. Linconly de Jesus Pereira

Redenção, CE

Março de 2019

AGRADECIMENTOS

À Deus que através de suas palavras me incentiva a ater fé.

À minha mãe Eridan Mendes de Oliveira, por ter me ensinado a essência do respeito e do amor. (in memoriam).

Ao meu pai Valdeci Gomes de Oliveira, por aconselhar que o conhecimento é a melhor herança. Porque o saber é algo que ninguém pode tirar. (in memoriam).

Aos meus irmãos, Sergio Mendes, José Mendes, Perla Mendes e Antônio Marcos Oliveira, pelo apoio e incentivo.

À minha querida prima Nilvanda Nunes que sempre esteve na torcida pelo meu sucesso.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pelas oportunidades boas que me ofereceu.

Meu sincero obrigada aos professores que fazem parte da banca por se disponibilizarem.

Em especial meu eterno agradecimento ao meu querido orientador, professor Dr. Ivan Costa Lima. Que é fonte de inspiração e exemplo de professor. Que com sua paciência e seus ensinamentos me ajudou na realização de meu sonho.

RESUMO

Este projeto de pesquisa é o requisito final para a obtenção do grau de bacharel em Humanidades do BHU-Unilab. O tema de estudo se refere as relações raciais na educação buscando-se discutir no espaço escolar a sua existência, em face a grande diversidade da sociedade brasileira. Debate-se a dimensão do racismo, preconceito, discriminação racial e as desigualdades existentes que atingem as crianças de escola pública no cotidiano escolar. Objetiva-se compreender se na relação entre estudantes negros(as) e não negros(as) de uma escola pública municipal aparece algumas destas manifestações do racismo pelo pertencimento racial dos estudantes. Para tanto, utiliza-se de uma pesquisa qualitativa a partir do estudo de caso, utilizando-se da abordagem etnográfica na observação desta relações e de entrevistas semiestruturadas buscando-se captar o entendimento que os estudantes têm sobre o tema. Espera-se que a pesquisa contribua para minimizar as práticas de racismo, que estão presentes na sociedade brasileira e se materializa dentro da educação.

Palavras-chave: Relações raciais e educação; Ensino fundamental e racismo; Relações entre estudantes. Racismo institucional.

1. Apresentação

Este projeto de pesquisa finaliza meu percurso dentro do curso de Humanidades da Unilab, momentos de intensos aprendizados e descobertas sobre minha própria identidade e percepção das relações raciais no Brasil e no Ceará. Pesquisar sobre o racismo entre os/as alunos/as surgiu através de uma inquietação de quem desde cedo presenciou práticas preconceituosa.

Percebo que alguns indivíduo tem vergonha e nega sua origem. Eu tenho laços sanguíneos com uma mãe negra, nunca vi motivo nenhum para me envergonhar. Por conta disto, discuto o tema do racismo dentro das instituições escolares, em especial no desvelamento de como o racismo e as suas diversas formas de manifestação se dão entre os estudantes do ensino fundamental anos iniciais em uma escola pública, pelo fato de que a escola é a principal instituição que recebe diferentes representações sociais e raciais, que em muitos momentos não discutem, percebem ou atuam sobre esta problemática.

Meu objetivo, portanto, tem como ponto de partida o questionamento das relações raciais na educação, a partir de compreender como o racismo se manifesta nas relações entre os estudantes, já que eles trazem referenciais sociais, políticas e culturais onde este debate talvez não esteja efetivamente pautado entre eles, e em extensão na própria escola. Interessa, no desenvolvimento do estudo as diferentes produções que problematizam o racismo no cotidiano escolar, com foco nas ações dos estudantes do ensino fundamental. De igual medida, avançar no entendimento de como o debate sobre a população negra tem sido efetuada no Ceará, tendo em vista a legislação federal que institui o estudo da história africana, afro-brasileira e indígena dentro das escolas. Até que ponto, isto chega a minha cidade.

Portanto, a pesquisa nasce de um encerramento acadêmico, mas justifica-se pelo minha experiência pessoal como uma pessoa filha de mãe negra e pai branco, que na minha trajetória educacional presenciei atos de racismo contra minha mãe, ao mesmo tempo, buscar tornar minha indignação com isso numa atuação antirracista na educação, com o desejo de seguir os estudos no curso de pedagogia.

Para tanto, penso utilizar de uma metodologia de cunho qualitativa, numa abordagem de estudo de caso, tendo como técnica a observação direta, com

auxílio da etnografia, como também de entrevistas semiestruturadas com os estudantes da educação pública e suas percepções sobre o racismo.

O resultado da pesquisa é ser mais uma contribuição na região para problematizar as relações raciais e construir estratégias que possam efetivar o ideal de igualdade racial preconizada pela legislação, mas também para a formação de cidadãos críticos que se coloquem contrários a violência racial, que pode ser simbólica¹, mas também física, contribuindo para o sentimento de inferioridade das crianças negras.

2. Delimitação do Tema e do Problema

O projeto proposto se enquadra no campo de conhecimento sobre as relações raciais na educação afro-cearense, cujo as diferentes contribuições evidenciam como o racismo está presente nas instituições, entre elas as educacionais, sendo a escola sua melhor representação. No ambiente escolar, considerando que a escola não está ausente das problemáticas sociais, aparecem diferentes dimensões do racismo praticado no Brasil.

Me interessa para a pesquisa considerar como as diferentes formas que o racismo assume nas relação entre os estudantes negros/as e não negros/as de uma escola pública urbana de ensino fundamental, nas séries iniciais, na cidade de Guaiuba no interior cearense.

Neste sentido, a autora Ilze Arduini Araújo (2019, p. 525), afirma o papel que a escola assume no trato do racismo: “As crianças negras ao entrarem na idade escolar encontram um agravante que impede seu pleno desenvolvimento emocional e intelectual logo que chegam à sala de aula”. Assim, me sinto incomodada com o desrespeito que acaba acontecendo entre os estudantes, já que alguns deles enxergam de maneira significativa a diversidade que compõem a sociedade brasileira.

Esta escolha tem a ver com minhas experiências educacionais no espaço escolar, e o desejo em avançar no curso de pedagogia para uma atuação profissional antirracista. A escola é considerada, conforme se pode ler em muitas pesquisas, um espaço de reprodução de práticas racistas, pois no período de

¹ Violência simbólica significa uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos, segundo discute o sociólogo Pierre Bourdieu.

vivência neste espaço as crianças negras, por conta da falta de um debate mais consistente sobre o tema, apresentam uma negação de uma identidade negra reforçada por estereótipos e preconceitos oriundos da relação familiar e em sociedade. No entanto, a educação pode ser também a melhor arma para o combate às desigualdades raciais, desde que os sujeitos que ali atuam possam evidenciar práticas educativas críticas e antirracistas.

Assim, o meu foco é entender como se dá esta relação entre estudantes e perceber como o racismo e suas formas correlatas como preconceito e discriminação aparecem no cotidiano da sala de aula.

Para tanto, trazemos como Problema principal de nossa investigação:

- De que forma o racismo e suas formas correlatas se manifestam na relação entre as crianças negras e não negras do ensino fundamental I anos iniciais numa escola pública municipal de Guaiúba- CE?

Desta forma, contribuir em elucidar na região como o debate das relações raciais tem sido enfrentada ou não, de forma a contribuir com um posicionamento crítico sobre esta problemática.

3. Objetivos

3.1. Geral

Compreender a existência do racismo e suas formas correlatas no cotidiano escolar entre estudantes do ensino fundamental I de uma escola pública de Guaiúba- CE.

3.2. Específicos

- Compreender teórica e politicamente a constituição do racismo e suas formas correlatas no Brasil;
- Observar as interações sociais dos estudantes em sala de aula;

- Compreender como as relações raciais são discutidas no estado do Ceará e a estruturação do discurso racista que dominou durante gerações o imaginário da população cearense de que não existia negros;
- Captar qual a concepção de racismo que os estudantes do ensino fundamental 1 tem a respeito do tema.

4. Justificativa

As motivações que me levam a pesquisar sobre a manifestação do racismo nas relações entre estudantes do ensino fundamental 1 em uma escola pública municipal de Guaiúba, decorrem de vários elementos que vão da minha percepção pessoal, aos desafios que este tema assume na prática profissional e da minha trajetória como estudante do curso de Bacharelado em Humanidade na Unilab.

Sou Maria Milene Mendes de Oliveira, nascida em Guaiúba - CE, filha de mãe negra e pai branco. Meus pais me deram uma educação com base no respeito, assim desde cedo trouxe este valor como parte da minha vida.

Assim, o que justifica este estudo, primeiramente veio de uma motivação pessoal. A partir de lembranças de fatos ocorridos de preconceito racial, que presenciei quando criança na escola que frequentei em minha cidade, contra minha mãe Eridan Mendes de Oliveira, que já não está entre nós.

Minha mãe sempre foi uma mulher negra linda, no entanto era alvo de piadinhas preconceituosas sem fundamentos, da parte de colegas da mesma escola em que eu estudava. As piadinha causavam-me desconforto só em escutar, pois não compreendia a dimensão do preconceito racial existente na sociedade, naquele momento de minha vida.

Percebo, hoje que a dimensão da identidade racial ainda recai na dimensão corporal, pois de acordo com Nogueira (1985, p. apud LIMA, 2018, p. 04): “Para ser discriminado racialmente basta que o indivíduo apresente “uma gota” de sangue negro”. Em especial, quando as pessoas apresentam características físicas que remetem a descendência africana. (NOGUEIRA, 1985 apud LIMA, 2018, p.04)

Assim, na escola nos primeiros anos do ensino fundamental, minhas colegas, apresentavam atitudes preconceituosas quando minha mãe ia à escola

saber a respeito de minha aprendizagem ou participar de reuniões, ou seja, quando se fazia presente no ambiente escolar. Nestas ocasiões, minhas colegas me perguntavam de uma maneira estranha, fazendo careta, como se estivessem com nojo de alguma coisa. “Aquela mulher que chegou com você quem é ela? É sua mãe?”. Respondia, sim ela é minha mãe.

Percebo, hoje, como era fora do comum a maneira em que elas tinham feito a pergunta. Logo em seguida a estes questionamentos também fazia pergunta tentando compreender a situação. “Por que estão perguntando se ela é minha mãe? “Elas riam e falavam”: “Porque ela é negra não parece com você, tem o cabelo duro, enrolado, é muito diferente, não tem nada a ver com você”. Assim, quase sempre quando ela estava na escola, eu escutava essas palavras.

Apesar disso, ou seja, das palavras serem ofensivas, quando minha mãe estava perto e escutava, ela ficava com vergonha e não falava nada. Quando se trata de um membro da família, a gente percebe se a outra pessoa está com vergonha ou não. Cheguei até perguntar a ela “Por que a senhora não fala nada com elas?”. Minha mãe respondia: “Elas não sabem o que estão falando”. Para mim, claro que sim, sabiam exatamente o que falavam.

Quando ela estava distante e em seguida se aproximava de nós, minha mãe percebia as colegas rindo e, eu com uma fisionomia de quem não estava gostando da situação que para mim era nada agradável. Ela perguntava, “o que está acontecendo?”. Eu ficava na dúvida, falo o que escutei ou não. Mas, respondia que estava tudo bem. Não repetia as palavras racistas que tinha escutado, para não magoar minha mãe. Já que quando ela escutava não falava nada para se defender.

Entretanto, eu a defendia da melhor maneira que podia. Se naquele exato momento, as palavras que eu tinha escutado causava-me grande dor, então para minha mãe poderia ser mais dolorosa ainda já que se tratava dela.

Na época, mesmo sem entender muito, senti um desconforto, um sentimento de raiva ao escutar aquelas coisas das “coleguinhas”. Minha reação era imediata era defender minha mãe. Sendo assim, eu devolvia as ofensas, já que eu não tinha muito o que fazer. Com isso, fazia com que elas também se sentissem mal, com a autoestima baixa.

Esses acontecimentos fazem com que eu possa apontar que “A escola é um dos palcos sociais onde são cotidianamente vividas e exercidas as mais

diversas práticas, produção e reprodução do racismo” (TRINDADE, 1994, p. 12). Apontamentos que pretendo observar como se expressam ao longo da pesquisa a ser realizada.

A injustiça causada pelas manifestações de racismo pode ser ruim, mas é capaz de torna uma pessoa melhor, mais resistente as pancadas que leva durante a caminhada, desde que se tenham consciência crítica de sua existência. A partir disto pensar em sua superação a partir de ações educativas. Tendo em vista, que:

O racismo é, pois, a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê (SANTOS, *apud* TRINDADE, 1994, p. 19-20).

Com isso, a segunda justificativa, é por motivo profissional, tendo em vista que pretendo estudar pedagogia, pois, na minha concepção esta profissão é a base da educação formal. Já que é a escola é onde se inicia os primeiros anos de vida intelectual das crianças enquanto estudantes. No entanto, mesmo sendo os primeiros anos de estudos das crianças, elas já trazem de casa consigo alguns conhecimentos que aprenderam com seus familiares e da interação social, que podem trazer atitudes e práticas racistas.

Assim, como educadora/professora pretendo na minha prática proporcionar aos estudantes os fundamentos de uma educação antirracista. Para que haja uma equidade efetiva entre as crianças, provocando a diminuição do racismo, que ainda se faz presente na sociedade brasileira.

Desta forma, que a educação escolar se torne um caminho onde, desde cedo, as crianças aprendam a respeitar umas às outras, de forma que, as diferenças físicas não se tornem desigualdades por conta do pertencimento racial.

Nesta direção, os conhecimentos que já adquiri na Unilab tem somado componentes fundamentais para meu processo de formação, de forma a contribuir na diminuição do racismo e do preconceito. Portanto, penso quando estiver formada em pedagogia como poderei enfrentar os desafios em reduzir o racismo de uma forma mais direta, com bons retornos à sociedade.

Em terceiro, o professor. Dr. Ivan Costa Lima foi minha inspiração. Através das aulas de filosofia da ancestralidade e educação, que ele ministrava, da qual eu participava, pude ter contato com o debate das relações raciais.

Nesta ocasião, eu já pensava em pesquisar sobre o racismo para compreender melhor suas consequências na sociedade. Mas, não tinha certeza se era possível realizar uma pesquisa sobre as manifestações raciais no âmbito escolar, em um curso de bacharelado em humanidades.

Além do desejo de pesquisar e levar a diante os conhecimentos para contribuir numa educação antirracista, surgiu uma dúvida, se eu poderia pesquisar sobre manifestações raciais no cotidiano escolar. Foi então que através das aulas, e das explicações do professor Ivan Costa, pude perceber que sim.

Meu interesse sobre tema aumentou quando ele sugeriu uma leitura do texto da autora Azoilda de Loretto da Trindade, com o título “O racismo no cotidiano escolar”. Depois dessa leitura minha curiosidade aumentou, porque no texto tinha as informações que procurava para debater sobre o tema como conclusão do curso no Bacharelado em Humanidades. Já que que a autora chama atenção para o trabalho docente de combate ao racismo:

O foco na prática docente se dará, por acreditarmos que a atuação do professor é fundamental para desmontar esse papel, essa função da escola- produção e reprodução do racismo, embora ele venha, tradicionalmente, reforçando, legitimando, reproduzindo tal papel, salvo honrosas exceções, tanto na prática cotidiana de cada professor individualmente, como na prática docente generalizada. (TRINDADE, 1994, p. 12).

Dessa forma, a formação do educador/a é o ponto principal, ele é o mediador principal ao ensinar seus alunos. O professor/a tem ao seu alcance um certo poder de desconstruir práticas racistas que surgem de ideias e atitudes preconceituosas e reconstruir uma educação antirracista. Uma sociedade com uma mente mais saudável e livre do racismo.

Todavia, mesmo sabendo que alguns professores/a reproduzem o racismo dentro da sala de aula, ainda acredito que cabe a ele, a partir de sua qualificação contribuir em resgatar valores, que contribuam de maneira igualitária na

construção da identidade de seus alunos/as brancos e não brancos. Já seria um passo à frente para igualdade racial entre a humanidade.

5. Metodologia

Na primeira etapa da pesquisa será realizada através de leituras bibliográficas sobre discriminação racial entre alunos dentro dos espaços escolares, conceituação acerca de racismo, discriminação e preconceito, sendo que estas categorias serão contextualizadas na sociedade brasileira e suas consequências na educação.

A pesquisa bibliográfica será desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002. p.44).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002p.45). No que se refere à pesquisa bibliográfica, pode se perceber que, o pesquisador pode ter acesso há vários conhecimentos ao seu alcance em um período curto de tempo.

Para o desenvolvimento da pesquisa será feita a partir de uma investigação qualitativa, através de um estudo de caso com elementos de uma abordagem etnográfica, possibilidades que contribuem no entendimento das manifestações de racismo presentes na relações entre estudantes no ensino fundamental.

As pesquisas de base qualitativa são aquelas que estão preocupadas com os processos de um determinado fenômeno a ser pesquisado, Bodan e Biklen (1994, p. 48) indicam que: “Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência”.

Com isso, identificamos na modalidade qualitativa como a melhor forma de investigação o estudo de caso. A decisão pela pesquisa de estudo de caso é a que melhor se adequa ao problema e aos objetivos levantados pelo projeto. Tendo em vista que o tema surgiu de um determinado acontecimento que presenciei e que ocorrem dentro da sociedade e, em especial, no ambiente escolar.

Tem como base os autores Bogdan e Biklen (1994) que apresentam “O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. Em nosso caso a educação formal dentro do ensino fundamental nas séries iniciais, na tentativa de entender as relações raciais. Assim,

No estudo de caso o pesquisador precisa fazer uma pesquisa direta com o grupo de estudo. Pode ser realizada através de entrevistas, questionário, fotografias. Em outras palavras, o pesquisador precisa fazer uma pesquisa direta com grupo de estudo.

Para ampliar o conhecimento que pretendemos trazer para o estudo em tela, utilizaremos uma abordagem etnográfica, no sentido de perceber no campo de pesquisa como as relações se dá entre os alunos/as das séries iniciais, em termos raciais, de forma a identificar mecanismos que evidenciam ou não o racismo. Para Boden e Biklen (1994, p. 38): “A pesquisa etnografia permite que se compreenda ‘de dentro’ os processos educacionais, ao buscar explicar a realidade com base na percepção, atribuição de significado e opinião dos atores sociais envolvidos”.

Neste sentido para a coleta de dados iremos utilizar de um lado a observação direta, com a utilização de diário de campo, de forma a registrar no cotidiano da escola as relações que acontecem entre alunos/as negros/as e não negros/as, de forma a identificar os mecanismos que identifiquem práticas racistas.

Por outro lado, com os dados colhidos pela observação direta, vamos complementar com a utilização de entrevistas semiestruturadas. “Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparativos entre os vários sujeitos”. (BOGDAN; BIKLEN. 1994.p. 135). Com a obtenção dos dados o pesquisador/a poderá desvendar suas inquietações referente a como os estudantes lidam com as relações raciais em sala de aula.

Da mesma forma, com esta técnica a escuta dos sujeitos tem um significado importante na compreensão do fenômeno que se deseja pesquisar.

Em investigação qualitativa, as entrevista podem ser utilizadas em duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação

participante, análise de documentos e outras técnicas. Em todas as situações estas situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. (BOGDAN; BIKLEN. 1994.p.134).

Nesse sentido, o pesquisador/a precisa estar atento ouvir e observar cada detalhe dos sujeitos que fazem parte do estudo para uma conclusão correta dos dados.

O público alvo do estudo serão os/as estudantes negros/as e não negros/as, do ensino fundamental I, de uma escola pública na cidade de Guaiúba- CE.

Do ponto de vista da interpretação dos dados levantados, na observação participante será basicamente descritivo, considerando a abordagem de base etnográfica pressupõe uma imersão no lugar da pesquisa, de forma a indicar como as relações entre os/as estudantes se estabelecem, em termos de relações raciais.

No caso das entrevistas busca-se captar e descrever as experiências dos vários entrevistados/as com as relações raciais, seja no ambiente escolar como na família. De forma, a se desenvolver com o quadro de referência teórico as possibilidades de aparecimento de diferentes formas como o racismo pode surgir na relação escolar.

6. Referencial teórico

Para a compreensão do fenômeno do racismo, na sociedade e no âmbito educacional, se faz necessário trazer alguns dos pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa pretendida. Por outro lado, como tais contribuições podem proporcionar um entendimento mais amplo e crítico das questões que envolvem as relações raciais no Brasil e seus desdobramentos dentro da educação.

Iniciamos o debate situando as relações raciais, considerando que a discussão sobre raça, durante muito tempo dentro da pesquisa educacional foram relegadas apenas ao polo das relações sociais (LIMA, 2004; GOMES, 2010; MUNANGA, 2000). Portanto, é necessário situar que o debate tem sido

travado por diferentes autores e movimentos sociais, na perspectiva de problematizar a temática racial. Gomes (2012, p. 39) apresenta:

Os termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais. Nesse contexto, é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas.

De fato, percebo que a dimensão política desafia o entendimento e as ações possíveis para o enfrentamento do racismo no Brasil, dentre eles teríamos os diferentes termos, que muitas vezes aparecem de forma confusão entre educadores/as. Entre estes conceitos trazemos a compreensão sobre o conceito de raça, racismo, discriminação e preconceito racial. Considero que estas questões estão inter-relacionadas.

No que concerne ao conceito raça, percebe-se que historicamente a primeira classificação de raça foi destinada a hierarquizar as planta e animais. Mas, foi uma classificação apenas temporal. Após alguns anos essa classificação voltada ao mundo natural foi abandonada e acabou por ser destinada para a classificação da humanidade.

Etimologicamente, o conceito raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na zoologia e na botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi nesse sentido que o naturalista sueco Carl Von Linné, conhecido em português como Lineu (1707-1778), o uso para classificar as plantas em 24 raças ou classe, classificação hoje literalmente abandonada. (BRANDÃO, 2004. P.17).

Assim, baseado nas ciências a raça como explicação das diferenças humanas será utilizada como processo de dominação pelo racismo científico desenvolvido no final do século XIX, que em grande medida foram responsáveis pela introdução da justificativa científica do preconceito racial e social no Brasil e no mundo (FERNANDES, 2007).

Brandão (2004, p. 24) relativo ao emprego da categoria raça aponta que é possível afirmar que a classificação da diversidade humana em raça tem um

sentido de dominação que levou a definir características físicas como diferenças sociais.

Em 1684, o francês François Bernier empregou o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastado, denominados raças. Nos séculos XXI-XVII, o conceito de raça passou efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os francos de origem germânica em posição aos gauleses, população local identificada com a plebe. Não apenas os francos se consideravam como uma raça distintas dos gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro” insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os gauleses que segundo pensavam, podiam até escravizar.

Assim, este debate evidencia que a definição de raça foi conceituada pela nobreza destinada a se diferenciar das classe populares, consideradas inferiores por suas conformações biológicas dentro da sociedade. Considera-se que de uma forma intencional as ideias racistas reforçam um sistema de dominação, que até hoje influencia a construção das identidades raciais de forma hierarquizada. O uso do conceito de raça com base biológica tem sido uma péssima influência na história humana.

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como critério fundamental e divisor de água entre as chamadas raças. Por isso, a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resiste até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela, a cor da pele é definida pela concentração de melanina (BRANDÃO, 2004. p.19).

Somando a isso, podemos perceber que existe uma ideologia no conceito raça. Porque em sua definição afirma que as diferenças entre raças são biológicas, mas, com base no conceito raça, podemos ver que não é bem assim. O conceito que era pra ser apenas uma diferença de grupos, na verdade é uma divisão por identidade racial. Que mascara o poder e a dominação entre as classes sociais.

A definição de raça ao meu ver seria mais igualitária se existisse apenas uma definição de raça. E sim a raça humana, e não raças: raça branca, negra e amarela. Não deveria existir por conta da diferença de características como a cor de pele. No entanto, tais diferenciações se fazem presente, por conta de dominação e entendimento de superioridade da parte dos considerados

brancos/as, por isso este conceito ainda está presente na sociedade. Como discute Gomes (2012, p.):

Os militantes e intelectuais que adotam o termo *raça* não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo *raça* atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete.

Nesta dimensão, apontada pela autora que discutimos o conceito de racismo. Pois, conforme vimos o racismo surge a partir da ideologia de raça, que caracteriza a divisão da humanidade em grupos por conta de características biológicas, que resultaria em grupos sociais superiores e inferiores.

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, físico e o intelectual, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (BRANDÃO, p. 24, 2004).

Considero, que quando isto acontece os grupos sociais atingidos pelo racismo tem seus valores menosprezados. O racismo em sua concepção identifica a população negra e sua base cultural como inferior por conta das características físicas em seus corpos. Assim, o racismo estabelece uma relação de poder que afirma a superioridade da população da branca e marginaliza a população negra.

Para tanto, discuto que o racismo não tem como único fundamento a escravidão do negro, mas que se encontra vinculado a um projeto político social fundamentado em teorias sobre raças inferiores, determinismo biológico, evolucionismo que explicam as desigualdades sociais sem ferir os preceitos liberais de opor oportunidades iguais para todos, cujos objetivo é manter grupos que a sociedade marginaliza, notadamente os negros à margem da sociedade (LIMA, 2017, p.25).

Nesta direção, o projeto político no Brasil evidencia a existência de uma “democracia racial”² (LIMA, 2017), que nega a existência do racismo e afirma haver oportunidades iguais entre negros e brancos, onde a cultura de base ocidental se afirmar como padrão a ser seguido.

Do racismo se desdobra outras formas de relação que busca a inferiorização da população negra, o preconceito racial.

O preconceito é um julgamento negativo dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. (GOMES, 2012, p.54).

Interessa situar que o preconceito no Brasil se situa em duas dimensões a primeira conforme acentua Nogueira (1985 *apud* TRINDADE, 1994) que seria de marca, pois recai sobre as características físicas. A segunda a afirmação de Fernandes (2007) onde no Brasil há o preconceito de se ter preconceito, significando a negação das desigualdades raciais dentro da sociedade.

Conforme acentua Gomes (2005, p. 55) a partir disto temos a discriminação racial como uma efetivação do racismo e do preconceito:

Discriminação racial a palavra discriminar significa “distinguir”, “diferença”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

Desta forma, a pesquisa deve contribuir em verificar como estas formas que o racismo pode assumir aparecem na relação existentes entre estudantes de uma escola pública.

6.1. Educação e relações raciais na sociedade brasileira

Vimos até este momento, que a discriminação racial continua sendo um problema frequente vivenciado pela sociedade, portanto atravessando o cotidiano da educação em diferentes segmentos (TRINDADE, 1994).

² Conforme pode se ler em Lima (2017, p. 37) “Democracia racial” como uma ideologia, que afirma a existência de mobilidade social e oportunidades iguais entre negros e brancos.

No Brasil constata-se uma grande miscigenação de raças, porém os(as) negros(as) são os que mais tem sofrido com a disseminação de preconceitos, que vão da família até mesmo na escola, onde encontram várias barreiras como a falta de debate sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, ausência de materiais didáticos e o silenciamento de práticas de combate contra o racismo (GOMES (2005); SILVA (2017) entre outros.

Assim, o conjunto de trabalhos apontam que vivemos em uma sociedade marcadamente racista, mesmo com a demora do reconhecimento de sua existência, como situa Munanga (2007, p. 15) que apresenta que: “Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade”.

Assim, as manifestações de discriminação dela resultadas colocam no cotidiano o desafio de pensar outros valores, assim como, refletir acerca da necessidade de enfrentamento do racismo como: “A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade[...] é racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos [...] e, verdadeiramente se posicionar em favor das diferenças” (IDEM, p. 18).

Durante muito tempo a educação formal deixou de lado esta situação: “Em termos de política educacional, [Brasil] é marcada pelas ações autoritárias do Estado, em que a concepção dos setores dominantes da sociedade” (LIMA, 2017, p.51) consideravam unicamente a situação econômica.

Ressalta-se, que ao longo das políticas educacionais o país tem acumulado uma dívida histórica com a população negra brasileira. O sistema escravista que se perpetuou ao longo de décadas contribuiu para construir uma imagem depreciativa da população negra. Sistema esse formado pela crueldade, fizeram um abominável massacre contra nosso povo negro. No entanto, na atualidade tem se construído alternativas, como as ações afirmativas e a intervenção numa educação contextualizada. Marcelo Paixão (2016, p. 133) bem situa esse processo:

No contexto específico das Américas, da América Latina e do Brasil, vemos que as ações afirmativas se reportam a fatores históricos. Passados 116 anos da abolição, os afro-descendentes e indígenas brasileiros se encontram invariavelmente nas piores posições em termos de acesso aos níveis mais avançados de ensino, aos bons

empregos, aos recursos públicos e às políticas sócias. Esse quadro teve sua construção iniciada no período colonial, quando da vigência do sistema escravista, e foi se atualizando ao logo destes quinhentos anos, mediante um modelo social e institucional produtor de desigualdades raciais.

Os problemas continuam a surgir no cotidiano, no entanto, deve-se continuar o processo de questionamento da exclusão que recaem sobre a população negra, como forma de ocupação cada vez espaços no mercado de trabalho, universidades e em todas as áreas da sociedade. Para com isso enfrentar os desafios gerados pelas desigualdades raciais sejam físicas, simbólicas e psicológicas.

Nesse sentido, podemos dizer que os recursos públicos ainda não atingem de maneira universal aos brasileiros/as. Evidentemente, não há um gozo dos direitos para todos e todas. Neste sentido, as políticas públicas deveriam assegurar a efetivação das diversidades, em nosso caso aplicação de ações educacionais.

As políticas sócias brasileiras, antes que universais, tratam a todos formalmente como iguais perante a lei, sendo, portanto, cegas à cor. Decreto tal modelo trouxe o mérito de tratar todos/as sem segregação. Todavia, na medida em que essa filosofia não busca corrigir as desigualdades raciais (e de gênero), acaba servindo como elemento de sua perpetuação. (PAIXÃO, 2006, p.1334)

Ou seja, há uma ótica cega ao povo negro, portanto é bastante visível a injustiça racial, a lei afirma que somos iguais em relação aos direitos. Mas, na verdade a realidade é diferente do que afirma a lei.

Como apontado, a desigualdade e a exclusão vivenciadas pela população negra no Brasil foram fundamentadas em inúmeras questões relativas ao processo de hierarquização e silenciamento em relação às contribuições e influências das culturas negras na história nacional (MUNANGA, 2005). Dito de outra forma, o reconhecimento, no plano do discurso, das contribuições dos elementos relacionados a cultura negra, não tem correspondido às práticas sociais que os reconheçam enquanto sujeitos históricos de direito, inclusive no campo educacional.

Em sua obra, Cavalleiro (2012, p. 27) afirma que o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial estão presentes na sociedade brasileira e são altamente prejudiciais para a população negra, “tanto nas relações sociais

(família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto nos meios de comunicação. Conceitos estes que imputam alguns estereótipos ao indivíduo negro, dificultando mais ainda a sua aceitação no cotidiano da vida social”.

Sendo assim, através de sua pesquisa na educação infantil, a autora busca descobrir em que momento esse racismo é introjetado no ser humano, em qual fase da vida ou ambiente esses conceitos lhe são ensinados e como se dá o processo de socialização depois do reconhecimento dessas diferenças. Isso significa, ver como estas atitudes se expressa na educação básica.

No campo educacional Silva (2018, p. 130) faz um importante apanhado de produções que tem a educação formal como campo de estudos e atuação na análise e na ação de combate ao racismo nos sistemas de ensino. Vai identificar diferentes manifestações no ambiente escolar, entre eles o institucional, escreve a autora:

No plano institucional, Rosemberg (2014) considera que as desigualdades entre brancos e negros, no acesso a bens sociais, se devem ao racismo da sociedade brasileira. Racismo que configura a adoção da ideologia de superioridade natural dos brancos sobre os demais, notadamente sobre os negros. O racismo se manifesta, de forma aberta ou velada, por meio de expressões que qualificam os negros como inferiores aos brancos. Mas manifesta-se principalmente nas políticas educacionais universalistas, “que, no Brasil, de democráticas, pouco têm” (ROSEMBERG, 2011, p. 757), em virtude do racismo institucional, que privilegia a brancos.

Outra discussão que se coloca como importante para este projeto de pesquisa diz respeito ao silêncio dos educadores(as) quando diante de diferentes formas de manifestação do racismo dentro da sala, normalmente em função pela falta de um debate consistente sobre o tema e sua formação profissional.

O “silenciamento” é uma das ações, atitudes, estratégias adotadas pela escola brasileira para o enfrentamento do racismo. Dessa forma, de um lado professores não costumam intervir diante de conflitos que agredem crianças negras, em virtude de sua cor/raça, de outro, recomendam aos alunos negros, quando hostilizados por sua cor/raça, que ignorem, finjam que a agressão não é dirigida a eles. Os referidos artigos ressaltam que há pouca ou nenhuma intervenção das professoras em relação às situações de rejeição e discriminação vividas pelas crianças. A pouca ou a ausência de intervenção causa sofrimento junto às crianças negras, intensificando a baixa autoestima, além, de promover segregação e pouca convivência entre crianças negras e não negras (IDEM, p. 131).

Neste sentido, para o enfrentamento do racismo como estruturante na sociedade e na educação, tem-se o advento de políticas públicas estabelecidas pelas Leis nº 10639/2003³ e 11645/2008⁴, que remetem a introdução da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos sistemas de ensino públicos e privados, possibilitando condições para que discriminações e racismos possam ser superados em escolas e universidades (BRASIL, 2003).

Esta legislação foi regulamentada, pelo Conselho Nacional de Educação, respectivamente, por meio do Parecer CNE/CP 3/2004, bem como pela Resolução CNE/CP1/2004 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e cultura Afro-Brasileira e Africana. A segunda o foi, por meio do Parecer CNE/CEB 14/2015 que trata de Diretrizes Operacionais para Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11645/2008.

Assim, os diferentes estudos e a política educacional situam que o problema não seria a ausência de diretrizes, tampouco de orientações para implementá-las “mas em projeto de sociedade que ainda se faz dominante, projeto esse que tenta eliminar as diferenças raciais, folclorizar as marcas culturais, sabedoria, conhecimentos, tecnologias que não de raízes europeias” (SILVA, 2018, p. 152).

Este conjunto de argumentos em torno das relações raciais na educação também se faz presente no Ceará, especialmente no que diz respeito a negação da presença negra: “A cultura negra cearense, de maneira geral, esteve submetida ao um processo de invisibilidade, por conta de uma trajetória histórica que minimizou a presença africana, e por outro lado um esforço ideológico da inexistência de conflitos raciais devido à forma de mestiçagem que se produziu a população” (CUNHA JUNIOR, 2011, p. 76).

Neste sentido, considero situar que a educação é a única arma poderosa que a população desfavorecida tem para mudar a atual situação de nossa cruel realidade. Não é que seja um desafio rápido de se resolver, mas se cada um

³ Esta lei institui o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas no Brasil.

⁴ Esta lei institui e estudo de história e cultura indígena no Brasil

tomar para si a responsabilidade como o tema, pode-se equilibrar a desigualdade no trato das relações raciais no Brasil.

Por conta, deste enfrentamento teórico, metodológico e político que no maciço de Baturité, cidade em Redenção-CE, foi implantada a Unilab (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), que tem como objetivo o projeto de integração com os países falantes de língua portuguesa no continente africano e no Timor Leste. Por outro lado, está comprometida com a construção de uma educação antirracista pautada no escopo do pensamento negro africano e afro-brasileiro, propondo práticas pedagógicas voltadas à uma educação ética entre negros/as e não negros/as, em especial aqueles que se reconhecem como brancos/as. Este projeto se coloca como uma contribuição a mais neste desafio de enfrentamento ao racismo e todas as formas correlatas no ambiente escolar.

Por fim, esta pesquisa deve colocar em evidência que a escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Diante de manifestações racistas, entre estudantes, cabe aos/as professores/as não silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores/as, construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula.

Referências bibliográficas

Antônio Alfredo Guimarães. Combatendo o Racismo, África do Sul e Estados Unidos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**- Vol. 14nº 39. Fevereiro,1999.

ARAÚJO, Ilze Arduini de. **Discriminação racial em sala de aula**. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19120/3/DiscriminacaoRacialSala.pdf>. Acesso em 24 de março de 2019.

AZOILDA, Loreto da Trindade. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas de Estudos em Educação Departamento de Psicologia da Educação, 1994.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Editora: Portugal, 1994.

BRANDÃO. André Augusto P II. Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. In: **Cadernos do Penesb**. Rio de Janeiro/ Niterói: EDUFF, n. 5, 2004.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. DOU de 10/01/2003.

BRASIL, MEC/SECAD. **Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais**. Brasília: Secad, 2006.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. **Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. Ed. Revista- São Paulo: Global, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, p. 39-62. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elabora projeto de pesquisa**. 4.ed. Editora Atlas S.A: São Paulo, 2002.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro(a) no Brasil**: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo/Ivan Costa Lima. 1.ed.- Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista**: ideia em prol de uma utopia chamada Brasil/ Marcelo Paixão- Rio de Janeiro: DP&A editora Ltda. LPP/UERJ, 2006

SILVA, Petronilha B. G. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 123-150, maio/jun. 2018.